



CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE
LETRAMENTOS E DIFICULDADES DE
APRENDIZAGEM

A LEITURA E A ESCRITA NO EMBALO DA LEITURA

Autora:

Jaqueline Fablício Moraes Taveira

jaquelinefablicio@yahoo.com.br

CO-autores:

Ercilia Maria Dantas Vidal

Rafael Alexandre Barbosa

Orientadora:

Professora Ms. Marilene Dantas Vigolvino

Universidade Estadual da Paraíba

ceduc.uepb.edu.br

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar um breve relato dos avanços a da educação brasileira. Além de apresentar as observações e intervenções realizadas no campo de estágio na perspectiva de fomentar as contribuições do lúdico no trabalho com a alfabetização e letramento. O lúdico no desenvolvimento da criança tem sido demonstrado por inúmeros autores como forma motivadora e significativa dentro do processo ensino aprendizagem. Este trabalho apresenta uma proposta de leitura significativa sobre a introdução dos diversos mecanismos lúdicos na educação. Porém, percebemos que vários desafios precisam ser superados, dentre eles as deficiências na formação profissional, ou seja, o professor necessita de determinadas competências para utilizar este modelo metodológico. O planejamento e a base teórica não podem faltar ao utilizar o lúdico como recurso de ensino e aprendizagem.

Palavras chaves: Educação, leitura/escrita e ludicidade.



1- INTRODUÇÃO

Historicamente o ensino no Brasil sempre foi marcado desde o século por disparidades sociais, econômicas e políticas muito acentuado entre os chamados Velho Mundo e o Novo Mundo. No Brasil, a aristocracia agrária não estava preocupada com os altos índices de analfabetismo, pelo contrário, a preocupação era produzir cada vez mais para exportar toda a sua produção. Para tanto era preciso fortalecer a metrópole e trazê-la de volta ao topo e apesar dos esforços do marquês de Pombal não conseguiu tal feito. Em relação ao setor da educação também não foi eliminado por completo as tradições educacionais jesuítas no Brasil.

A quebra na classe dominante na colônia (de um lado os aristocratas agrários e do outro lado os burgueses mineradores e comerciantes) deu início a uma nova realidade referente à educação, já que os jesuítas tinham um forte trabalho direcionado ao setor. A nova classe queria trabalhar cada vez mais o intelecto, aquele trabalho braçal já passara a ser um fator secundário e quem deveria realizá-lo seriam aqueles que nunca iriam ter a oportunidade de estudar como eles. E isso se reflete até os dias atuais. Na educação, por exemplo, as lacunas entre os letrados e analfabetos do nosso país estão expostas em todos os setores da sociedade. De um lado uma classe dominante que detém os melhores recursos para a sua qualificação profissional ou intelectual e do outro lado uma classe dominada que se utiliza de mecanismos menos favoráveis na sua qualificação profissional ou intelectual. Segundo Gilberto Freire (1972), “Daí a tendência para a oratória que ficou no brasileiro, perturbando-o tanto no esforço de pensar como no de analisar as coisas...”. Isso é o resultado de uma herança maldita que nos persegue desde os dias em que as nossas terras foram invadidas. O europeu além de se apropriar das nossas riquezas, conseguiu aos poucos desconstruir a nossa identidade sociocultural.

Trazendo essa discussão para a atualidade destacamos os marcos regulatório da educação brasileira, os quais foram fixados a partir das leis orgânicas implantadas. Entre elas, a Lei de Diretrizes e Bases - LDB, sob o número 4.024 promulgada em 1961 e a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDBEN, lei número 9.394 promulgada em dezembro de 1996, a qual regulamenta o sistema educacional público ou privado do Brasil (da educação básica ao ensino superior). Historicamente essa é a segunda vez que a educação conta com uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que regulamenta todos os seus níveis. É oportuno lembrar que hoje em virtude do golpe



institucional implantado no Brasil em 2015 essa lei está passando por um processo de mudanças.

A LDB 9.394/96 reafirma o direito à educação, garantido pela Constituição Federal, estabelece os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar pública, definindo as responsabilidades, em regime de colaboração, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios. A referida lei divide a educação básica em dois níveis: a educação básica e o ensino superior. A Educação básica é composta pela educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. A educação infantil envolve a creche (de 0 a 3 anos) e pré-escolas (de 4 e 5 anos), gratuita mas não obrigatória e de competência dos município. O ensino fundamental compreende os anos iniciais (do 1º ao 5º ano) e anos finais (do 6º ao 9º ano), também obrigatório e gratuito, estabelecendo que, gradativamente, os municípios serão os responsáveis por todo o ensino fundamental. Na prática os municípios estão atendendo aos anos iniciais e os Estados os anos finais. O ensino médio (antigo 2º grau) do 1º ao 3º ano é de responsabilidade dos Estados, podendo ser técnico profissionalizante, ou não. Com relação ao ensino superior é de competência da União, podendo ser oferecido por Estados e Municípios, desde que estes já tenham atendido os níveis pelos quais é responsável em sua totalidade. Cabe a União autorizar e fiscalizar as instituições privadas de ensino superior.

A educação brasileira conta ainda com algumas modalidades de educação, que perpassam todos os níveis da educação nacional. São elas:

- Educação especial – Atende aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.
- Educação à distância – Atende aos estudantes em tempos e espaços diversos, com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação.
- Educação Profissional e Tecnológica – Visa preparar os estudantes a exercerem atividades produtivas, atualizar e aperfeiçoar conhecimentos tecnológicos e científicos.
- Educação de Jovens e Adultos – Atende as pessoas que não tiveram acesso a educação na idade apropriada.
- Educação Indígena – Atende as comunidades indígenas, de forma a respeitar a cultura e língua materna de cada tribo.

Além dessas determinações, a LDB 9.394/96 aborda temas como os recursos financeiros e a formação dos profissionais da educação.

Após este breve passeio na e pela historia da educação brasileira, cujo intuito foi contextualizar o ensino fundamental, objeto do nosso estagio e campo de atuação há mais de cinco anos, iremos elencar algumas contribuições oriundas da pratica pedagógica no campo de estagio.

Durante o processo de observação pudemos perceber que os alunos vivem em um mundo de coisas escritas e para isso é preciso que o profissional tenha a percepção de fazer esta leitura de mundo junto com o aluno, pois o que ele busca na escola são as respostas para os códigos de tudo aquilo que ele já tem como conhecimento prévio. Carvalho (2005, p 14-15) afirma, que:

A escola pode contribuir de muitas maneiras para formar indivíduos não apenas alfabetizados, mas também letrados. Desde a alfabetização, apresentar uma ampla variedade de textos e favorecer um mergulho no mundo da escrita, com a exploração de mil e uma utilidades.

Ou seja, precisamos entender que a inclusão de diversas formas textuais possibilita o achego destes alunos ao mundo da leitura. E porque não introduzir atividades lúdicas cotidianas a esse público na perspectiva de aproximá-los do maravilhoso mundo da leitura?

O lúdico é essencial ao mundo infantil e se perpetua por toda a vida do ser humano. Dessa forma, o faz de conta e a realidade se correlacionam, pois os jogos e as brincadeiras fazem parte do mundo infanto-juvenil tanto quanto a realidade . A atividade lúdica funciona como elo integrador dos aspectos motores, cognitivos, afetivos e sociais. Naturalmente a criança possui o impulso de brincar. Quando esta vontade é interligada com a aprendizagem, o estudo se torna prazeroso e é realizado de forma intensa e abrangente. (MALAQUIAS, 2013). Ou seja, não há tempo ou idade certa para que possamos desenvolver nossas atividades lúdicas, embora muitos pensem que este ato se pauta apenas no ato de brincar por brincar. Segundo Luckesi (2005) são aquelas atividades que propiciam uma experiência de plenitude, em que nos envolvemos por inteiro, estando flexíveis e saudáveis.

Sobre a origem da palavra Almeida(2006) nos informa que a palavra lúdico deriva da palavra latina “*ludus*” que significa jogo. Assim, de acordo com seu



significado, refere-se ao ato de brincar, ao movimento espontâneo. Hoje, o conceito de lúdico extrapola o simples brincar, sendo concebido como necessidade básica da personalidade, do corpo e da mente. (ALMEIDA, 2006). As atividades lúdicas são aquelas que integram a ação, o pensamento e o sentimento. Podem ser uma brincadeira, um jogo ou qualquer outra atividade que possibilite instaurar um dinamismo de integração do grupo ou de sensibilização. A escola tradicional da importância apenas a transmissão de conteúdo, deixando o aspecto lúdico de lado durante a prática pedagógica. Os educadores discutem sobre as atividades lúdicas, mas não as praticam. Porém, essa transformação é complexa, pois exige uma preparação do professor no início de sua formação, o que por muitas vezes não acontece. Em uma sala adequada ao contexto lúdico, o professor renuncia a sua centralização, ao controle onipotente e repassa para o aluno uma postura ativa, aflorando sua espontaneidade e criatividade. (ALMEIDA, 2006). A sala de aula deve ser um local em que estimulem os alunos a participar e desenvolver as suas aptidões através da ludicidade. Segundo Soares (2004, p.22):

“[...] é necessário reconhecer que alfabetização – entendida como a aquisição do sistema convencional de escrita – distingue-se de letramento – entendido como o desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais (...). Além disso, é relevante compreender que é importante ir muito além do domínio do código escrito. Nosso desafio se constitui em “alfabetizar letrando, ou letrar alfabetizando, pela integração e articulação das várias facetas do processo de aprendizagem inicial da língua escrita.

A autora quando afirma que se faz necessário “ir muito além do código escrito” entendemos que o processo de ensino aprendizagem não pode ser construído separadamente do lúdico. Ou seja, é no ambiente lúdico que a aprendizagem se concretiza. O brincar pedagogicamente deve estar incluído no dia a dia das crianças. Com isso podemos perceber que as capacidades cognitivas, motora, afetiva, ética, estética, de relação interpessoal e de inserção social e a aprendizagem específica da alfabetização se desenvolvem. É preciso entender que esse brincar não tem relação com o brincar por brincar e sim na perspectiva pedagógica de alfabetizar e letrar. As práticas lúdicas devem estar presentes no cotidiano do aprendiz tornando o processo de alfabetização e letramento algo prazeroso e estimulante

Diante das discussões acima elencadas para a elaboração do projeto voltado para a turma do 4º ano do Grupo Escolar Municipal Cassimiro Francisco Vieira, percebemos



que existe uma insatisfação por parte dos alunos e da professora com a não aprendizagem das competências linguísticas dos alunos. Com isso aumenta a necessidade de desenvolver ações a partir do projeto didático que vislumbrem a facilitação do processo ensino e aprendizagem. Nesse sentido concordamos com os PCNs (1997, p. 36) quando afirma que:

Ao elaborar seu projeto educativo, a escola discute e explicita de forma clara os valores coletivos assumidos. Delimita suas prioridades, define os resultados desejados e incorpora a auto avaliação ao trabalho do professor. Assim, organiza-se o planejamento, reúne-se a equipe de trabalho, provoca-se o estudo e a reflexão contínuos, dando sentido às ações cotidianas, reduzindo a improvisação e as condutas estereotipadas e rotineiras que, muitas vezes, são contraditórias com os objetivos educacionais compartilhados.

Nesse enfoque, é preciso entender que a construção de um projeto educativo deve provocar vontade de melhoria no processo ensino aprendizagem e para que isso aconteça há necessidade de que todos os atores escolares façam parte dessa construção de modo especial o aluno.

Segundo Soares:

“[...] é necessário reconhecer que alfabetização – entendida como a aquisição do sistema convencional de escrita – distingue-se de letramento – entendido como o desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais [...]” (SOARES, 2004, p.20) (...). Além disso, é relevante compreender que é importante ir muito além do domínio do código escrito. Nosso desafio se constitui em “alfabetizar letrando, ou letrar alfabetizando, pela integração e articulação das várias facetas do processo de aprendizagem inicial da língua escrita [...]” (SOARES, 2004, p.22).

A autora quando afirma que se faz necessário “ir muito além do código escrito” entendemos que o processo de ensino aprendizagem não pode ser construído separadamente do lúdico. Ou seja, é no ambiente lúdico que a aprendizagem se concretiza. O brincar pedagogicamente deve estar incluído no dia-a-dia das crianças. Com isso podemos perceber que as capacidades cognitivas, motora, afetiva, ética, estética, de relação interpessoal e de inserção social e a aprendizagem específica da alfabetização se desenvolvem. É preciso entender que esse brincar não tem relação com o brincar por brincar e sim na perspectiva pedagógica de alfabetizar e letrar. As práticas



lúdicas devem estar presentes no cotidiano do aprendiz tornando o processo de alfabetização e letramento algo prazeroso e estimulante.

O ato de escrever por si só e os seus desdobramentos é uma das etapas mais importantes da escolarização, considerando-se que possibilita o desenvolvimento de outras aprendizagens que servirão para além do contexto escolar. Ferreiro e Teberosky afirmam (1999, p.283): “uma construção real e inteligente por parte das crianças desse objeto cultural, por excelência, que é a escrita”, um objeto que permitirá a construção de outras vivências e conhecimentos.

2- DESENVOLVIMENTO

O Projeto **A LEITURA E A ESCRITA NO EMBALO DA LUDICIDADE** foi organizado e construído na perspectiva de valorização da ludicidade, leitura e da oralidade no espaço escolar e fora dele. Sugerindo a possibilidade de promoção de condições didáticas e metodológicas para o bom andamento das atividades nas diversas áreas de conhecimento, onde os alunos possam aprender se divertir e relacionar os novos saberes com o seu cotidiano.

Conforme Borba e Goulart(2006, p.51):

“Ninguém cria no vazio e sim a partir das experiências vividas, dos conhecimentos e dos valores apropriados. A novidade está em ver o que antes não se via, em perceber o novo no velho e vice versa, em fazer conexões associações que produzem múltiplas e novas leituras, **em ressignificar a realidade**”.

As autoras afirmam que a experiência da criação pode e deve ser para todos. O processo de imaginação e criação não deve ser visto como privilégio para alguns, mas como algo acessível e possível a todos, já que somos capazes de podemos recriar o já existente. Tudo isso também vai depender das nossas práticas cotidianas na sala de aula. Neste sentido, Nilbo Nogueira nos questiona: será que possibilitamos aos nossos aprendizes o “aprender sonhado”? Nós enquanto facilitadores muitas nos detemos apenas com a preocupação de cumprir metas e apresentar dados concretos, impostos pelo sistema educacional vigente. Nogueira, neste sentido, nos apresenta uma nova postura diante da metodologia de projetos, já que o projeto é uma projeção de algo futuro. Devemos perceber o aprendiz como objeto que necessita de estímulos nas diferentes áreas de conhecimento, tirá-lo da passividade é a postura do professor



enquanto mediador do trabalho com projetos; é contextualizar a sua realidade e possibilitar múltiplas interações entre o aprendiz, com os seus colegas, a comunidade e todas as situações de construção de conhecimento.

Oportunizar aos alunos possibilidades de construção do saber através de atividades lúdicas relacionando a leitura de mundo no universo dos vários gêneros literários.

O projeto se deu inicialmente na turma do 4º ano Ensino Fundamental I, do ensino regular, seguindo as metas do Projeto Pedagógico do Grupo Escolar Cassimiro Francisco Vieira, localizada no município de Fagundes - Paraíba, por meio de três etapas:

- Etapa 1: levantamento do conhecimento prévio dos alunos acerca do tema. Nesse momento foram apresentadas atividades diversificadas para descobrir a falta de interesse pela leitura por parte dos alunos;
- Incentivo ao desejo de leitura com atividades envolvendo a ludicidade através de aulas de campo; com entrevista construídas pelos alunos, na perspectiva de descobrir possíveis escritores na comunidade e com isso estimula-los nesse processo;
- Etapa 2: etapa de apresentação do projeto;
- Etapa 3: Avaliação do projeto durante o ano letivo, na turma observada.

A primeira foi à fase de observação, na qual a estagiária através de conversas com a gestão escolar, a equipe técnica, os docentes, os discentes e os demais profissionais conseguiu colher informações sobre o funcionamento, organização, estrutura, ações pedagógicas, currículo, participação dos pais e comunidade escolar, bem como, o processo de ensino-aprendizagem na instituição observada. Além disso, houve a leitura e análise de documentos como Projeto Pedagógico, assim como, de livros didáticos e paradidáticos utilizados por professores e alunos em sala de aula.

Por sua vez, a segunda etapa foi a intervenção etapa que houve grande aceitação e envolvimento de todos no apoio ao desenvolvimento desta ação pedagógica, uma vez que para se tornar leitor potencialmente letrado, a criança deve no ciclo de alfabetização sentir prazer e gosto pela leitura dos diversos gêneros textuais.

O projeto resultou na apresentação das leituras dos textos produzidos pelos alunos, releituras dos diversos tipos de literaturas (poemas, cordéis, cartas) e confecção

dos brinquedos produzidos pelos educandos a partir de materiais reciclados. Assim, tais leitores apresentaram oralmente suas interpretações, ampliaram seu vocabulário com o conhecimento de novos termos linguísticos, desenvolveram diferentes linguagens para apresentar seus pontos de vista, bem como, sentiram prazer e valor na leitura lúdica.

Diante das práticas elencadas no artigo é possível observar a importância de práticas educativas que motivem os alunos a desenvolver suas competências linguísticas e motoras na escola. Este projeto forneceu caminhos para que as diversas áreas de conhecimento sejam entrelaçadas na perspectiva de favorecer a emancipação intelectual dos educandos, a partir do domínio de um currículo realmente interdisciplinar que ganhará significação, tanto para educador como para educando.

A avaliação será ampla já que discutiremos com os alunos o andamento das etapas do projeto onde verificaremos se a proposta está sendo cumprida e o que precisa melhorar. Além disso, sabemos que o processo avaliativo faz parte do processo educativo.

Para Freire(1985), as experiências jamais devem ser feitas na frente do aluno, mas pelo aluno, dessa maneira o professor assume o papel de facilitador da aprendizagem e a educação se torna problematizadora, proporcionando o desenvolvimento da consciência crítica. Esta atividade apresentará esta característica já que o aluno problematiza o seu ato de aprender e com isso vai tomando decisões que poderão torná-lo um ente mais crítico e politizado diante das suas tomadas de decisão.

A avaliação deve ser algo que traga acolhimento às múltiplas linguagens do aluno. Esta afirmação é sustentada por Luckesi (2000, p.) quando diz:

“Avaliar uma criança implica, antes de tudo, acolhe-la no seu ser e no seu modo de ser, como está, para, a partir daí, decidir o que fazer. A disposição de acolher está no sujeito do avaliador e não no objeto da avaliação. O avaliador é o detentor dessa disposição. E sem ela não há avaliação.”

Cada criança apresenta capacidades únicas e individuais que devem ser potencialmente expandidas. Neste sentido a avaliação se tornará um instrumento de reflexão, onde o professor fará anotações no diário de campo e assim analisará os seus avanços.



3- CONCLUSÃO

Ao realizarmos o e implantarmos o projeto, constatamos que os velhos moldes tradicionais escolares já não são tão aceitos pelo público atendido pelas escolas, exigindo-se uma transformação mais efetiva no modo de conduzir as velhas práticas educacionais para modelos mais dinâmicos e atrativos. Nesse contexto entra a ludicidade como um instrumento pedagógico que pode ser utilizado para o ensino em qualquer faixa etária; porém, nos anos iniciais, a proposta lúdica é muito bem recebida, já que podemos através do brincar reproduzir situações verdadeiras do cotidiano.

Os exercícios lúdicos consistem no brincar, sendo essenciais para o desenvolvimento integral infantil (mental, cognitivo, social e motor). A brincadeira é fundamental para a formação do aluno-cidadão, pessoa engajada em valores morais, que enfrenta os obstáculos da vida com criatividade, improviso, crítica e reflexão sobre as situações conflitantes. A escola deve proporcionar que a criança explore seu brincar natural, mas dentro da prática pedagógica. O exercício lúdico deve ser direcionado pelo professor para que sejam desenvolvidas as mais variadas potencialidades. O “aprender brincando” é a melhor maneira de compreender os assuntos ministrados nas disciplinas básicas da grade curricular. A ludicidade não deve ser uma prática apenas nas aulas de Educação Física, mas sim em todas as matérias.

Ao estimular os alunos através do lúdico o professor ira possibilitar um aprendizado mais prazeroso e isso pode ser comprovado através dos avanços alcançados na sala de aula. É necessário o abandono da estagnação tradicional dos instrumentos pedagógicos para que se forme um melhor, e mais dinâmico, ambiente escolar. Porém a culpa não é apenas dos profissionais, que isso fique bem claro. O que falta são formações mais eficientes e claras que possibilitem apresentar aos profissionais o verdadeiro sentido de introduzir o lúdico na sala de aula. Não estamos falando aqui de brincar por brincar, mas sim aprender/brincar e brincar/aprender.

Por tudo isso, o projeto **A LEITURA E A ESCRITA NO EMBALO DA LUDICIDADE** nos direcionou a observar à práxis pedagógica na perspectiva construtivista e, com este enfoque, constatamos que as aulas observadas podem sim apresentar uma boa dinâmica entre alunos e professores. E isso é de fundamental importância para que o desenvolvimento das atividades implantadas surtam o efeito positivo esperado. Já que a educação busca atingir o crescimento intelectual de seu alunado, bem como, uma formação proficiente e cidadã.



4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Nunes de. Educação lúdica. Técnicas e jogos pedagógicos. 11 edição. Loyola , 2003.

ARANHA, Maria Lúcia Arruda. O Brasil na era pombalina In. Curso de Pedagogia – Coletânea de textos didáticos 2, p. 264-268, 2013.

BORBA, Ângela Meyer; GOULART, Cécília. Aput Ministério da Educação. Brasil Ensino fundamental de nove anos: Orientações para a inclusão da criança. 2006

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

CARVALHO, Marlene, Guia Prático do Alfabetizador. São Paulo: Ática, 2007.

FREIRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos. Editora Civilização Brasileira,1972.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Cordel**: leitores e ouvintes / Ana Maria de Oliveira Galvão. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. 240 p. (Coleção Historial, 9).

KLISYS, A.; Fonseca, E. Brincar e Ler para viver: um guia para estruturação de espaços educativos e incentivo ao lúdico e à leitura. São Paulo: Instituto Hedging-Griffo, 2008.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Brincar o que e brincar? Educação e Ludicidade, RD disciplinas GEPEL, acesso em 05 de junho de 2017. NOGUEIRA, Nilbo. **Pedagogia dos Projetos**. 4. Ed. São Paulo. Ática, 2003.

SEDUC. **Conselho Escolar**. 3 ed. Teresina, 2012. (incompleta. SEDUC – Secretaria de Educação do Estado ou Município. Natureza do documento: Resolução ou...)

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento: caminhos e descaminhos. Pátio: revista pedagógica, Porto Alegre: RS, n. 29, p. 18-22, fev./abr. 2004.

VIZENTIN, Caroline Ranch. **Meio ambiente: do conhecimento cotidiano ao científico**. Metodologia, ensino fundamental, 1º ao 5º ano. Curitiba: Base Editorial, 2009.

VIEIRA, Luciene Batista; RODRIGUES, Elaine Aparecida Fernandes – **O Ensino Lúdico Nos Anos Iniciais**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo Do Conhecimento, ANO 1. VOL. 10, P 136-153. Novembro de 2016. ISSN. 2448-0959

UNIVERSIDADE ESTADUAL DAPARAIBA. Resolução/UEPB/CONSEPE/068/2015.

<http://www.infoescola.com/educacao/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao>, acessado em 05 de junho de 2017.

<https://psicologado.com/atuacao/psicologia-escolar/a-importancia-do-ludico-no-processo-de-ensino-aprendizagem-no-desenvolvimento-da-infancia>, artigo de Maiane Santos Malaquias e Suely de Souza Ribeiro, publicado em setembro de 2013, acessado em 05 de junho de 2017.